



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 04/14

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM
18 DE JULHO DE 2014**

Aos dezoito dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos paços do concelho, pelas 21:00 horas, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

Paula Alexandra Ferrão Pereira, Fernando Manuel Catum Leiria, Rui Manuel da Graça Santa, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, Sérgio Miguel Pratas Duarte, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo e Luís Manuel Teopisto Cardoso.

Pelo Partido Socialista:

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Manuel Carlos Bento Fradiano e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

João Manuel Alves Nunes do Vale e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

Mário Luís Pintado Alves, que justificou por escrito a sua ausência, por motivo de férias, tendo sido substituído por João Ricardo Figueiredo.

Pedro Miguel Tarú Canteiro, que justificou por escrito a sua ausência, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Nélson Roberto Nery Pinto.

Justificaram, também a sua ausência José Paulo Ribeiro Sena, Vera Rita Batista de Figueiredo, Pedro Duarte Nunes Portela, Ricardo Jorge Marques Peralta dos Reis Fernandes e Teresa Paula Santiago de Narciso.

Bruno José Pereira Soares que justificou por escrito a sua ausência, por motivos profissionais, tendo sido substituído por Mário Manuel Catalão Boieiro.

Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade, que justificou por escrito a sua ausência, por se encontrar fora do concelho, tendo sido substituída por João Ladislau Teles de Matos.

Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, que justificou por escrito a sua ausência, por se encontrar fora do concelho, tendo sido substituído por Ana Cristina Tavares de Almeida Brandão Félix Rodrigues.

Justificaram, também a sua ausência Ana João Boieiro dos Santos, por motivos profissionais e Henrique de Menezes Infante da Câmara, por estar ausente do concelho.

Todas as justificações foram aceites por unanimidade.

Faltou, também, Rodolfo Soares Marques Pereira, que não justificou a sua ausência.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o senhor presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Susana Isabel Freitas Custódio, Jorge Manuel Pereira Giro, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres e Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento.

Faltou o senhor vereador Vasco André Marques Pinto, por se encontrar ausente do concelho. A justificação foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – ELEIÇÃO DO REPRESENTANTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NA DIREÇÃO DA FUNDAÇÃO JOÃO GONÇALVES JÚNIOR PARA O TRIÉNIO 2014/2017

Paula Alexandra Ferrão Pereira, em nome da bancada da CDU, propôs Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo.

Patrícia Pinto Felizes Figueira, em nome da bancada do CDS-PP, propôs Nélon Roberto Nery Pinto.

Submetido à votação, por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado:

Fábio Bernardo – 14 votos

Nélon Pinto – 5 votos

Em branco – 4 votos

Desta forma, ficou eleito Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo como representante da Assembleia Municipal de Alcochete na direção da Fundação João Gonçalves Júnior, para o triénio 2014/2017 (Doc. 15).

PONTO 2 – DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL ACERCA DA NOTIFICAÇÃO PARA “OPÇÃO DE VENDA” DA PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO CAPITAL SOCIAL DA AMARSUL – VALORIZAÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, SA, REMETIDA PELA ÁGUAS DE PORTUGAL E PELA PARPÚBLICA, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE REPRIVATIZAÇÃO DA EGF E SALVAGUARDA DA MAIORIA PÚBLICA DO CAPITAL SOCIAL DA AMARSUL, SA

Submetida a proposta à discussão, usaram da palavra:

Senhor vereador Jorge Giro:

Explicou que a empresa Amarsul, que faz o tratamento dos resíduos sólidos urbanos no concelho e que também faz o tratamento dos resíduos chamados diferenciados, nomeadamente, os que estão nos ecopontos (papelão, embalão e vidro) é composta por 51% do capital social da empresa EGF que, por si, é uma *sub-holding* da AdP (Águas de Portugal) e, como tal, tanto uma como outra são empresas públicas e o restante capital social, composto por 49%, são os municípios que compõem a península de Setúbal, onde Alcochete se insere.

Disse que o Governo, na sua ótica que nos vai habituando de privatizar tudo aquilo que dá lucro e nacionalizar tudo o que dá prejuízo, entendeu privatizar a empresa EGF onde a Amarsul mais onze sistemas. Falando especificamente da Amarsul, o senhor vereador referiu que nos últimos anos a empresa teve 10 milhões de euros em lucro, sendo isso que se quer privatizar e também o grupo EGF (que está avaliado em mais de mil milhões de euros) que o Governo quer pôr à venda por menos de 200 milhões desabafando que se fosse algum concurso aberto por qualquer câmara municipal, qualquer empresa era excluída por *dumping* mas como se trata do Governo “vale tudo”, como tem valido até agora e, nessa premissa, de venda da Amarsul, o Governo tem feito várias iniciativas, em que os municípios vêm, também, respondendo, nomeadamente, através de providências cautelares, porque existe um contrato firmado entre os vários municípios e a empresa EGF (esse contrato no caso da Amarsul e do Município de Alcochete) termina em 2022 e como tal, ele está em vigor e a Câmara quer cumprir o contrato, que é para isso que ele foi assinado – para ser cumprido até porque no fim do mesmo está escrito que as infraestruturas passam para os municípios e o próprio prevê, também, a possibilidade de se comprar 2% do capital social, ou seja, permite que os municípios possam adquirir os 2% de diferença que lhes permite serem acionistas maioritários. Para isso, também houve uma recente assembleia geral de acionistas, onde os municípios, acionistas da Amarsul, propuseram a compra desses 2% do capital social, de modo a ficarem maioritários, no valor total de 160 mil euros e ao Município de Alcochete caberia a importância de 5 mil euros. Obviamente, como se esperava, a empresa EGF declinou e negou e não permitiu que essa compra fosse feita. Em devido tempo, a Parpublica, do Grupo AdP, enviou para as cerca de 170 autarquias que compõem os 12 sistemas em que a empresa EGF é maioritária, um ofício em que permitia aos municípios venderem as suas ações. No caso de Alcochete, que tem uma participação de 0,84% que equivale a 13.024 ações que (na altura e é isso que está nos estatutos, refletido no próprio capital social) tinham um valor de 5 euros cada. A Parpublica, prevendo que isto será um grande negócio, propõe-se a pagar 9 euros, caso os municípios queiram vender. Dos cerca de 170 municípios, só 12 é que acederam à

venda desse mesmo capital e é óbvio que o Município de Alcochete (como se tem refletido em todas as suas posições, que tem tomado ao longo deste processo da Amarsul, que é um processo que não irá parar por aqui) e tem sido uma força política que tem traçado um caminho e não se tem desviado dele, ao contrário de outras forças políticas que vão tomando posições díspares e vão deambulando mediante as moções: às vezes contra, às vezes abstêm-se, às vezes votam a favor.

O senhor vereador disse, também, que é óbvio que a Câmara Municipal de Alcochete é contra esta venda e é isso que esta proposta reflete, uma posição contra a venda das ações públicas a qualquer grupo privado, porque quer que esta empresa continue na esfera pública. Se funciona bem, entende a Câmara que não deve ser vendida. O senhor vereador adiantou, também, que a Resulima (que faz o tratamento dos resíduos sólidos urbanos na zona de Braga) conseguiu com que o Tribunal Administrativo aceitasse liminarmente a providência cautelar que foi entreposta, o que significa que estes municípios vão avançar para a ação principal que visará travar este processo.. Mais recentemente, o Município de Condeixa-a-Nova também viu aceite a sua providência cautelar, ou seja, outros municípios têm vindo a entregar as suas providências nos vários Tribunais Administrativos, por esse país fora e o Município de Alcochete, certamente, não fugirá a essa regra e, atempadamente, virá também propor essa mesma providência cautelar. Em termos gerais, o senhor vereador resumiu que o Governo, através da AdP e da Parpublica, enviou a possibilidade de os municípios venderem as suas ações e a Câmara de Alcochete (como a grande maioria) é contra e não as vai vender. Desse facto irá dar conta na resposta ao ofício enviado pelo senhor ministro e pela AdP / Parpublica.

Mário Boieiro, pela bancada do PS:

Pedi esclarecimentos ao senhor vereador que expôs a situação da Amarsul, porque lhe causou alguma estranheza chegar à conclusão que esta empresa pública que cobra serviço às Câmaras Municipais, as quais têm uma dívida elevada à mesma, consegue cobrar um serviço sobre um custo que ainda lucra 10 milhões de euros. Não sua opinião, uma empresa pública é formada para um fim social, não para um fim lucrativo, pois isso cabe às entidades privadas, logo, uma Câmara fazer parte da sua Assembleia, que tem quotas, bem como cerca de 170 municípios, uma coisa que deveria acontecer seria uma baixa do custo da Amarsul perante as autarquias porque, este custo, pagamos todos nós, não paga a Câmara. O senhor deputado disse que paga na água, paga no saneamento e esta empresa que lhe cobra a fatura da água e do saneamento apresenta 10 milhões de euros de lucro numa situação de crise. Acha que, em termos sociais, isto é chocante porque os municípios é que se veem aflitos, portanto, se vão ficar com a maioria do capital, acha que a primeira deliberação deveria ser baixar o custo da fatura que esta empresa cobra aos municípios, porque, na sua opinião, não tem qualquer razão de ser, apresentar um lucro de 10 milhões, a não ser que tirem dividendos para as autarquias.

Luiz Batista, pela bancada do PPD/PSD:

Disse que o senhor vereador Jorge Giro está a tratar o assunto de uma forma muito superficial quando o mesmo é muito mais sério. Quanto à questão da EGF, o senhor deputado disse que o Estado tem um conjunto de empresas que fazem esta *sub-holding* a 51%, é de facto maioritário, inclusive aquilo que se decidiu na última Assembleia

sobre a questão de não se deixar alterar os estatutos, os mesmos já foram alterados. Mais disse que as tais providências cautelares estão a ser rejeitadas todas, ou seja, estão a ser derrotadas. Mais disse que, embora sendo câmaras do PSD e do PS, neste momento cerca de 2/3 das cerca de 170 câmaras já optaram e já deram resposta favorável para venderem a sua participação e as suas ações nas respetivas empresas que estão associadas à *sub-holding* da EGF.

O senhor deputado disse, ainda, que tem sido recorrente este Executivo, pela voz do senhor vereador Jorge Giro, assustar as pessoas com aumento de taxas quando esses aumentos já estão contemplados num plano que a Câmara já aceitou em reunião de Câmara e vem agora aqui a esta Assembleia para ratificar, por isso quem está a aumentar é o Executivo, não são esses sistemas. Na sua opinião, quando a Câmara, dentro desse plano, se propõe vender património, não faz nenhum sentido estar a segurar essas ações. Disse, ainda, que os tais 65 mil euros podiam ser quase multiplicados por dois, porque passando de 5 euros para 9 euros, dava um valor acima dos 100 mil euros e provavelmente, para quem está em desastre financeiro e quem está numa situação de “uma mão na frente e outra atrás”, não devia ter outra solução e ainda devia agradecer ter esta oportunidade de vender as suas ações a este preço.

O senhor deputado referiu que foi exatamente por uma situação semelhante, ou seja, pela situação que o país no seu geral chegou que decorrendo do memorando da Troika, o Estado vai vender uma empresa que é lucrativa e a EGF tem lucros (não só na Amarsul) hoje em dia porque o negócio do lixo é um negócio lucrativo, por isso também vendeu a EDP, também vendeu o espaço aéreo e a ANA e parte das ações que tinha na REN. Por isso, quando não se tem o dinheiro e se gasta em determinada fase mais do que aquilo que se deve, os credores obrigam a fazer um conjunto de ações e é por aí que quem tem uma listagem de imóveis a alienar, não faz o mínimo sentido que mantenha na sua posse esta participação de 0,84% que corresponde a 13 mil ações e a 60 mil euros por isso, na sua opinião, a Câmara deveria aproveitar esta oportunidade esta participação porque é uma participação da concessão, isto é, por 30 anos – ao fim de 30 anos há uma reversão ou poderá haver uma renovação dessa concessão.

O senhor deputado disse ainda que, para os municípios nesta situação, e destas questões dos lixos, decorre uma outra situação que é o PERSU 2020 e esta situação vai implicar uma redução daquilo que é o depósito dos resíduos sólidos urbanos em aterro. Há necessidade de reverter e de fazer um investimento muito avultado e o Estado não tem dinheiro, ou seja, naquilo que lhe compete (nos seus 51%) não tem dinheiro para o fazer. Continuando a dizer que o lixo é rentável e que se perde, ainda, muito do seu valor, é necessário começar a potenciar e a aumentar a sua valorização e é por isso que os sistemas têm potencial. Nesta situação é importante que haja que tenha a capacidade de investir para podermos cumprir esta meta europeia de reduzir o depósito em aterro e potenciar aquilo que é a reciclagem e as potencialidades do lixo.

Para terminar, o senhor deputado disse que a questão da Câmara manter as suas ações é uma decisão da própria Câmara (que já decidiu por unanimidade) e julga que a Assembleia, até pela maioria que tem refletida e se se refletirem os votos que foram dados na reunião da Câmara, apenas terá 2 votos de sentido contrário, no entanto pediu que as pessoas repensem esta situação e vejam a oportunidade que existe face a outras porque isso não vai levar a vantagem absolutamente nenhuma, nem para a Câmara, nem

para os munícipes de Alcochete, por isso, ficarem com as ações, ou não, é uma coisa que nos diz diretamente respeito.

Patrícia Figueira, pela bancada do CDS-PP:

Muito sucintamente, disse parecer-lhe que há, mais uma vez, um aproveitamento político e um empolamento de uma questão meramente jurídica que é a preterição de uma formalidade. O assunto não foi levado à Assembleia Geral dos acionistas e é disso que se trata. Respondendo ao senhor vereador, disse que há deliberações que são tomadas em fases distintas de diversos processos e relativamente a assuntos distintos, porque uma coisa é a água, outra são os resíduos e este processo teve fases distintas e o CDS-PP pronunciou-se, relativamente a ele, de forma distinta, também. A senhora deputada realçou ainda que a maneira como, no caso, o senhor vereador introduziu sempre a questão foi sempre a mesma e, por isso, lhe parece que a questão de fundo é diferente, mas não é.

Senhor vereador Jorge Giro:

Respondendo ao senhor deputado Mário Boieiro disse que, obviamente, quando falou naquele valor, referia-se aos valores acumulados nestes últimos anos e não num só ano.

Disse, também, que a Amarsul, infelizmente ou não, não é nenhuma IPSS e tem os seus investimentos que têm sido feitos com os municípios todos, ou seja, o Estado em devido tempo (na altura era ministro o eng.º José Sócrates) empurrou os municípios para esta situação, tanto a Amarsul como a Simarsul, e não permitiu que os municípios se constituíssem como empresas intermunicipais, o que permitiria que tivessem a maioria no capital público da empresa, empurrando-os sim para se constituírem em empresas multimunicipais, o que permitiu que o Estado fosse maioritário em todas as empresas através da EGF. Disse também que tudo o que tem sido feito ao nível de encaminhamento de resíduos e percentagem de aproveitamento dos mesmos, inclusivamente em biogás, porque o biogás é o futuro e por isso é que o lixo é apetecível, porque é cada vez mais valorizado. É uma coisa que todos nós produzimos, encaminhamos devidamente (tempos vão em que os resíduos sólidos urbanos não eram devidamente encaminhados, hoje em dia, são) e é apelativo, por isso é que temos seis ou sete grandes grupos económicos a querer concorrer à compra da EGF, mesmo sabendo que, contrariamente àquilo que disse e que pediu o senhor ministro Jorge Moreira da Silva, numa reunião em Coimbra onde estavam presidentes de câmara e outros autarcas, que não houvesse ruído à volta deste processo, mas está a haver ruído e vai haver ainda mais, mesmo correndo o risco pois sabe-se lá que garantias de salvaguarda possam haver.

O senhor vereador disse ainda que está prestes a funcionar uma central de valorização orgânica, no Seixal, em que o investimento são quase 30 milhões de euros e os municípios têm investido. Referiu também que o sistema da Amarsul, é dos mais baratos do país porque entre os 11 sistemas multimunicipais em que a EGF é maioritária, nós somos dos mais baratos e o que vai acontecer, que é isso que o Governo agora quer, equidade nas tarifas a nível nacional, esquecendo-se que quando existiram os fundos de coesão para investimento, a Área Metropolitana de Lisboa foi aquela cujas

câmaras municipais tiveram mais investimento próprio porque a comparticipação comunitária foi menor.

Relativamente ao que o senhor deputado Luiz Batista afirmou, o senhor vereador respondeu disse que, no que diz respeito à água, em 2011 a Câmara Municipal deliberou sobre um plano tarifário que visava recuperar todo o custo investido, dando cumprimento à Lei n.º 53/2005, a chamada “Lei da Água”, uma Lei-Quadro Europeia e, também, ao Decreto n.º 194/2009, que obrigou as câmaras municipais, durante 4 anos, a implementarem tarifas fixas. Disse, ainda, que essa Lei foi na altura do eng.º José Sócrates e a Câmara Municipal de Alcochete esperou até ao último ano possível para implementar essas mesmas tarifas, enquanto houve municípios que implementaram no imediato e que a Câmara tem sido alvo de auditorias regulares, por parte da ERSAR, afirmando que não sendo das melhores, a Câmara Municipal de Alcochete é um exemplo para as grandes autarquias do nosso país e pertence aos cerca de 50% que têm tarifa social, ou seja, em Alcochete não pagam todos o mesmo. Existem tarifas sociais que permitem a quem tem menores rendimentos ficar isento das mesmas e tarifas familiares, para famílias numerosas, que permitem um alargamento dos escalões por uma regra de 3 simples, se assim se poderá dizer, e também a tarifa familiar social, que engloba ambas as coisas.

Relativamente à necessidade premente de vender as ações para ir buscar 130 mil euros, o senhor vereador explicou que a Câmara tem 0,84% porque, na altura, foi feito à escala, e disse que a Câmara não está à venda, como está o país, e quer que o contrato que está assinado, e que termina em 2022, seja cumprido, adiantando que não se trata de ideologia comunista uma vez que quase todas as Câmaras, sejam da CDU, do PSD, do CDS-PP ou do PS são contra, portanto não se trata de ideologia.

Referindo-se ao PERSU, abordado pelo senhor deputado Luiz Batista, o senhor vereador esclareceu que, até nisso, a Câmara Municipal de Alcochete é um orgulho porque o Governo implementou 2 planos, um era o PEEASAR – Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais, em que visava que em 2013 os municípios tivessem os seguintes atendimentos: Águas residuais, cerca de 90%, a meta falhou porque em Alcochete a percentagem de municípios ligados à rede de saneamento ronda os 95%. Ao nível do abastecimento de água a meta, na meta de 93%, também falhou porque em Alcochete o nível de atendimento ronda os 98%. No outro plano, o PERSU – Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos uma das metas principais era o atendimento dos resíduos sólidos urbanos em 90% também falhou porque em Alcochete temos 99,5%, porque o PERSU contempla que cada município tenha no espaço urbano um caixote do lixo a 100 metros e no espaço rural a 200 metros, portanto até nisso a Câmara Municipal de Alcochete tem investido superando todas as metas nacionais.

Respondendo à senhora deputada Patrícia Figueira, o senhor vereador disse que não vê qualquer tipo de empolamento, uma vez que estão a falar de política e não de “bola”. A Assembleia Municipal é a sede principal onde se fala de política, portanto, é normal que haja visões diferentes. Referiu ainda o senhor vereador que a senhora deputado deve estar enganada porque todas as moções que levou à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal só têm a ver com os resíduos sólidos urbanos porque no que diz respeito à água, o senhor vereador mantém a expressão que já disse por várias vezes “a privatização da água está em banho-maria”, portanto virá para depois. Para si, a

concessão, a privatização, a concessão a privados é só uma terminologia, porque o efeito prático é o mesmo.

Fábio Bernardo, pela bancada da CDU:

Disse que, por ser munícipe do concelho de Alcochete, este assunto também lhe interessa e que se sente revoltado por este processo ser, desde o início, desonesto. Explicou que, neste sistema multimunicipal, que foi construído pelas autarquias, que é o que é por causa das autarquias, as mesmas não são meramente detentoras de uma pequena percentagem, não são sócios minoritários deste multisistema, são os próprios clientes. Se as autarquias não quiserem, criam outro sistema ou procuram outra solução e este multisistema deixa de ter razão de existir. Isto é desonesto desde o princípio, porque eram precisos 2/3 em Assembleia Geral para aprovar uma venda de capital e, hoje em dia, foram alteradas as regras para que possa ser vendido com 50% + 1%, que é aquilo que o Governo tem. Disse, ainda que há um aproveitamento, que não é da Câmara Municipal, nem do senhor vereador, nem é político: É o aproveitamento do Governo que é pior porque é financeiro. Estão a vender algo para o qual muito pouco contribuíram para, agora, encherem os bolsos ou arranjam uns empregos para os amigos. A questão, neste caso, muito mais do que os 0,84% é manter este serviço público de todos e para todos. Na sua opinião o setor público tem como principal preocupação servir a população, independentemente do lucro, ou não, e o privado tem como principal motivo dar lucro, dê por onde der, logo, é preciso haver um serviço público de todos e para todos e, em Alcochete, um serviço público capaz de o servir como munícipe, quer o seu lixo dê lucro, ou não.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria, com 2 votos contra do PPD/PSD e 21 votos a favor da CDU, do PS e do CDS-PP.

Luiz Batista fez Declaração de Voto, em nome da bancada do PSD.

PONTO 3 – APROVAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE ACESSO À ATIVIDADE DE MERCADOS E TRANSPORTES EM TÁXI

Submetida a proposta à discussão, usaram da palavra:

Senhor presidente da Câmara:

Esclareceu que a Câmara aproveitou uma reivindicação, que se vinha sentindo há algum tempo por parte dos profissionais do setor, de criação de uma praça de táxis nova, no empreendimento Freeport. Atendendo ao volume de visitantes no Freeport, a atividade do setor seria mais apelativa para estes profissionais do táxi e a Câmara Municipal (quer em virtude das sucessivas reuniões realizadas com estes profissionais do setor, quer também em virtude das reuniões, quer por parte do empreendimento Freeport, quer com a estrutura representativa dos profissionais do táxi) decidiu criar uma nova praça de táxis, sendo esta a alteração mais significativa desta proposta de novo regulamento municipal. Ao contrário de alguns interesses que se manifestaram no sentido de que a mesma estivesse sujeita ao regime fixo, ou seja, somente os profissionais do setor que

tivessem licença emitida pela Câmara Municipal para a freguesia de Alcochete é que poderiam (nessa praça de táxis) estacionar e recolher clientes, por isso, a Câmara optou por uma situação completamente distinta e definiu, em conjugação e concordância com a ANTRAL, para esta nova praça de táxis, o mesmo regime que vigora para a praça de táxis situada na rua do Salineiro, ou seja, um regime condicionado em que qualquer profissional do setor, com licença emitida pela Câmara Municipal de Alcochete, para qualquer uma das freguesias do concelho de Alcochete, pode estacionar no Freeport para recolher os seus clientes.

A Câmara entende que a presença deste empreendimento, que é importante para o Município e para o concelho de Alcochete, poderia (se esta não tivesse sido a solução escolhida) beneficiar uns, aqueles que têm a ver diretamente com a freguesia de Alcochete, em detrimento de outros, que são profissionais do táxi de outras freguesias mas estão inseridos no concelho de Alcochete, entendendo-se que há volume de visitantes e volume de clientes mais do que suficiente para satisfazer os interesses de todas as partes envolvidas.

Para além desta questão, que foi a mais substantiva, a Câmara Municipal aproveitou, também, para adaptar este novo regulamento municipal em função das diferentes alterações legislativas verificadas ao longo dos últimos, sensivelmente, 10 anos, altura que data o último regulamento municipal sobre esta matéria.

Submetida à discussão e votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

De seguida, o senhor presidente propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite, por maioria.

No final dos 10 minutos os trabalhos foram retomados.

PONTO 4 – AUTORIZAÇÃO PARA A CONTRAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO E APROVAÇÃO DO ESTUDO E PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO (E RESPECTIVOS ANEXOS) QUE LHE ESTÃO ASSOCIADOS

Submetida a proposta à discussão, usaram da palavra:

Senhor presidente da Câmara:

Fazendo uma breve consideração, o senhor presidente recordou que, para quem esteve na Assembleia numa data anterior, reiteradamente foi afirmando que o problema da Câmara Municipal de Alcochete não era de despesa mas sim de receita, porque, dos quatro grandes pilares de financiamento do município, falando concretamente do IMI, do IMT, das descentralizações decorrentes do Orçamento do Estado e das taxas sobre loteamentos e obras particulares, todos eles, desde 2009, sofreram ou foram objeto de um colapso total, que foram sendo reduzidos de forma dramática, ano após ano, à exceção do IMI que, mesmo assim, ficou muito aquém da previsão de receitas que era expectável.

O senhor presidente recordou que qualificou o ano de 2009 como um ano péssimo em termos de execução de receita, o ano de 2010 mau mas, ainda assim, melhor do que 2009 e o ano de 2011 o *annus horribilis* da Câmara Municipal de Alcochete. Para se ter uma noção do que se estava a falar o senhor presidente explicou que, desde 2009 e contando com os exercícios económicos e orçamentais de 2010 a 2013, a redução acumulada de receita, ao longo destes anos, ascendeu a mais de 9 milhões de euros e esta é a causa fundamental para o desequilíbrio conjuntural da Câmara Municipal de Alcochete e, conseqüentemente do Município de Alcochete, até porque há diferentes classificações: situações de desequilíbrio estrutural são mais gravosas e implicam medidas políticas mais gravosas também e situações de desequilíbrio conjuntural que é aquela em que a Câmara Municipal de Alcochete se encontra.

O senhor presidente explicou, também, que outra das situações fundamentais para esta situação de desequilíbrio que foi referida, se bem que superficialmente na apreciação relativa à moção proposta pela Câmara e que tem que ver com a EGF e com a atualização excessiva dos tarifários no que diz respeito à Amarsul e principalmente à Simarsul. É sabido que em relação à Simarsul, o Município de Alcochete mantém um diferendo com o conselho de administração desta empresa porque entende que não foram preenchidos determinados pressupostos que, se tivessem sido preenchidos, teriam reduzido substancialmente a faturação mensal que o Município de Alcochete tem de suportar. Estes pressupostos eram e são a integração do Município de Setúbal no sistema, premissa fundamental para que o mesmo seja sustentável e para que a faturação repartida pelos outros municípios fosse menor, o funcionamento dos caudalímetros, a partir do dia 1 de janeiro de 2012, o que não se verificou (esses mesmos caudalímetros só iniciaram o seu funcionamento em no dia 1 de janeiro de 2014) e, depois, um estudo de viabilidade económica e financeira completamente desajustado da realidade do Município de Alcochete e relativamente ao qual a Câmara teve oportunidade de exigir e reivindicar a sua atualização. Se esse EVEF – Estudo de Viabilidade Económica e Financeira se baseasse nos Censos de 2011, o Município de Alcochete estaria a pagar cerca de 30 mil euros, antes do funcionamento dos caudalímetros. Até à entrada de funcionamento dos caudalímetros, a Câmara suportou uma faturação mensal de paticamente 70 mil euros e esta é uma das razões fundamentais para o desequilíbrio económico-financeiro da Câmara Municipal de Alcochete. O senhor presidente disse que a Câmara, não foi atualizando paulatinamente os seus tarifários, porque entende que há determinados serviços públicos que, atendendo a essa natureza eminentemente pública, não devendo ser gratuitos, devem ser tendencialmente gratuitos e, assim, a Câmara foi absorvendo os desequilíbrios, compensando com outras receitas que ainda conseguia executar.

O senhor presidente referiu, ainda, o custo enormíssimo da energia, com o aumento do IVA de 6% para 23% que implicou para a Câmara Municipal o acréscimo de custos anuais na ordem dos 100 mil euros, o aumento de encargos sociais da Câmara com os seus trabalhadores, uma vez que se passou de um patamar de encargos sociais, nomeadamente da Caixa Geral de Aposentações, que ascendiam a 10% para 20% em 2013 e 23,75% em 2014.

O senhor presidente informou que as medidas políticas mais substantivas para fazer face a esta situação conjuntural de desequilíbrio são o aumento do IMI de 0,40% para 0,45%, e que esta é uma questão fundamental e que, infelizmente vai atingir os munícipes de Alcochete. A manutenção da vigência do atual modelo tarifário de atualização das

tarifas relacionadas com os serviços de água, saneamento e resíduos sólidos (e este assunto já foi falado), a Câmara Municipal de Alcochete, ao longo dos tempos, foi absorvendo os desequilíbrios porque tinha outras receitas para executar, adiantando que sendo uma proposta objetiva de plano de saneamento financeiro, tem subjacente um estudo que é objetivo, desde muito cedo: há já vários anos que a Câmara Municipal tem mantido uma política de rigor ao nível das despesas com o pessoal, não defendendo o entendimento de outros que defenderiam os despedimentos. Isto foi dito vastíssimas vezes nas sessões da Assembleia Municipal e é identificável o rosto de quem assumiu esse posicionamento de que a Câmara Municipal de Alcochete poderia fazer aquilo que, mais ou menos, seria uma “lipoaspiração política”, limpando as gorduras, entenda-se, pessoas, que trabalham na Câmara Municipal de Alcochete. O senhor presidente afirmou que se vai manter esta política de rigor até 2018, no sentido de se ir diminuindo as despesas com o pessoal, reduzindo efetivos, se bem que a Câmara está a ficar depauperada numa componente fundamental das áreas de intervenção e que tem que ver com os serviços operacionais podendo, por isso, esta medida ser reprogramada até 2020 e se, numa perspetiva global de execução do plano, as receitas ficarem além das expectativas ou das previsões, deverá suavizar-se estas medidas de redução de efetivos.

Por outro lado, é sabido que a Câmara Municipal de Alcochete, ao nível de investimentos, realizou quatro grandes obras estruturais, durante o mandato anterior: O Complexo Desportivo e de Lazer do Valbom, o Centro de Saúde do Samouco, o Centro Escolar de S. Francisco e a Requalificação da Frente Ribeirinha de Alcochete mas, de acordo com este plano, nos primeiros anos da sua execução, devem privilegiar-se as obras de proximidade ou de manutenção, sem prejuízo da verificação ou concretização de obras estruturais, desde que financiadas por fundos comunitários e sem que tal implique nenhuma derrapagem, no que diz respeito ao espaço público nacional.

Outra questão fundamental tem a ver com a alienação de património, lotes com capacidade de edificação e uma parcela mínima relacionada com habitações e habitações sociais. O senhor presidente disse que estes ativos imobiliários da Câmara Municipal de Alcochete foram considerados somente tendo em atenção o seu valor matricial e portanto, apesar da conjuntura ao nível do mercado imobiliário não ser a mais favorável, é de esperar que o valor comercial destes lotes ou destas frações que estão em casa, se se tiver em consideração o valor comercial, que as hastas públicas de venda sejam mais rentáveis do que aquilo que resultaria da aplicação de um valor apenas relacionado com o respetivo valor matricial.

Ainda outra questão fundamental tem a ver, não com as medidas mas sim com a metodologia deste plano de saneamento financeiro, que é extremamente conservador porque as receitas previstas e plasmadas na proposta são receitas consideradas por defeito, ou seja, são receitas que ficam aquém das que são expectáveis de serem executadas e, inversamente, as despesas são consideradas por excesso, ou seja, é expectável e é provável que essas despesas fiquem aquém daquelas que constam desta proposta de plano de saneamento financeiro, o que dá garantias acrescidas da sua fiabilidade, da exequibilidade e, também, da sua sustentabilidade.

Para terminar, o senhor presidente referiu que esta consulta da Câmara Municipal de Alcochete às instituições financeiras e a resposta obtida das mesmas, demonstram a credibilidade que a Câmara tem perante os mercados ou a banca, como muito bem se entender, ou seja, foram consultadas seis instituições financeiras, sendo que das seis,

quatro apresentaram propostas com condições contratuais muito interessantes, não apresentou proposta a Caixa Geral de Depósitos porque, na opinião do senhor presidente, tentou empurrar o Município de Alcochete para o recurso ao FAM. Não respondeu também à consulta o Banco Santander Totta, com o argumento de que a Câmara Municipal de Alcochete não era cliente dessa instituição financeira e, assim, ficou na mesma a não ser cliente. Esta proposta de plano de saneamento financeiro vai no sentido da contração de um empréstimo de 7 milhões de euros, com um *spread* de 3,25%, indexado a Euribor, por um prazo de 12 anos, com um ano de carência, ao Banco Espírito Santo, porque, em conformidade com a avaliação que foi feita, foi a instituição financeira que apresentou a melhor proposta.

De seguida, o senhor presidente da Câmara, com a permissão do senhor presidente da Assembleia Municipal, deu a palavra ao Dr. Jorge Pinto, autor da proposta de plano de saneamento financeiro, para prestar as explicações técnicas sobre o mesmo.

Após a intervenção do Dr. Jorge Pinto, o senhor presidente da Câmara referiu, ainda, três notas finais:

A primeira tem a ver com uma afirmação corretíssima feita pelo Dr. Jorge Pinto de que em 2009 o volume de receitas da Câmara Municipal de Alcochete na rubrica relacionada com as taxas sobre loteamentos e obras particulares, ascendeu a 250 mil euros sensivelmente, mas o senhor presidente quando falava deste pilar financeiro estava a reportar-se, por exemplo a 2008, quando as receitas ascenderam a cerca de 1 milhão e 800 mil euros, portanto, estamos a falar de uma redução dramática, brutal e insustentável.

A segunda nota é que o Dr. Jorge Pinto sempre equacionou e considerou que seria sustentável recorrer a um empréstimo de 6 milhões de euros. A Câmara poderia aproveitar em grande medida de conversão de dívida de curto prazo em dívida de médio e longo prazo, também na conversão de um *spread* bem mais favorável, referente à contração de este empréstimo, ou seja, para suportar o esforço público nacional e municipal, no caso, referente às obras de Requalificação da Frente Ribeirinha da Vila de Alcochete a Câmara Municipal procedeu também a um processo de consulta junto de algumas instituições financeiras. A única que respondeu foi a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Entre Tejo e Sado que apresentou (até porque estávamos numa conjuntura económico-financeira ainda mais grave do que aquela em que nos encontramos) uma proposta que foi aceite, quer pela Câmara Municipal, quer pela Assembleia Municipal, de um *spread* que ascendia a 8,5%, acrescido da indexação à Euribor. Não sabendo, ainda, os resultados desta consulta, mas presumindo que os valores de *spread* que seriam apresentados seriam bastante mais favoráveis, foi solicitado ao Dr. Jorge Pinto que integrasse nesta proposta e no seu valor global, 500 mil euros para amortizar antecipada e integralmente, essa dívida de médio e longo prazo da Câmara Municipal de Alcochete junto da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo, eixando, assim, o Município de Alcochete de ter uma dívida de médio e longo prazo, de 500 mil euros, com um *spread* de 8,5%, indexado à Euribor, para, e de acordo com esta consulta, passar a ter esses outros 500 mil euros com um *spread* de 3,25% indexado também à Euribor, a 6 meses.

Para finalizar, o senhor presidente referiu que a perspectiva que se tem em relação ao final do prazo de execução deste plano de saneamento financeiro é de que passados 12 anos a Câmara Municipal de Alcochete tenha uma dívida global, ou seja, que integre o curto, o médio e o longo prazos, que em pouco, exceda 1 milhão de euros. Como nota final e como mero exemplo, o Dr. Jorge Pinto propõe a assunção de medidas, no que diz respeito às comunicações, uma negociação de contratos para que se consiga alcançar uma redução mínima de 10%. O senhor presidente informou que a Câmara renegociou no ano transato, em julho (embora só com incidência e implementação durante este mandato), com a Vodafone, todo o seu pacote de comunicações e, em termos de comunicações móveis, conseguiu-se reduzir os custos em cerca de 72% e, no que diz respeito às comunicações fixas, uma redução de pouco mais de 30%, portanto, neste paradigma, nesta rubrica, já se está, em muito, a exceder aquilo que está preconizado no plano.

Em seguida, o Dr. Jorge Pinto prestou mais alguns esclarecimentos técnicos.

Fernando Leiria, pela bancada da CDU:

Relativamente ao enquadramento feito pelo Dr. Jorge Pinto disse que gostaria de fazer algumas considerações de índole política que levaram a Câmara a esta situação que é, efetivamente conjuntural, seja uma crise ou seja um outro tipo de situação, duma maneira geral e porque a bancada da CDU estudou com algum cuidado este plano de saneamento financeiro, para já dá de uma forma geral e global o seu apoio a este plano que terá de ser acompanhado de forma cuidada. Disse, também, que este plano de saneamento financeiro é consequência do facto de a economia não andar para a frente, não se desenvolve e ao que o Município de Alcochete não ficou imune. Demonstra-se, também, neste plano que, ao fim de 12 anos, teremos condições para alcançar este equilíbrio financeiro. A CDU relevou também (e que já foi dito pelo senhor presidente) que é a credibilidade que a Câmara teve por parte da banca, ao apresentar este tipo de estudo financeiro ou PSF.

O senhor deputado lembrou também que a dívida a curto e médio prazo, quando a CDU iniciou a gestão após a governação do PS, a edilidade apresentava já uma dívida de cerca de 3,7 milhões de euros, em que 1,5 milhões de euros estavam escondidos, como todos se lembram, ou grande parte dos presentes. Lembrou, também, que a Constituição da República Portuguesa estabelece como princípios, a autonomia do Poder Local Democrático e a justa repartição dos recursos públicos, entre a Administração Central e a Administração Local. Em datas anteriores, foram os municípios reduzidos de forma colossal em muitos dos impostos do Estado. Nos últimos anos, os Governos PS, PSD e CDS-PP, ora uns, ora outros, como se sabe, não cumpriram a Lei das Finanças Locais, o que veio ainda mais a agravar a situação financeira das autarquias, que ficou ainda mais gravosa após o ano de 2010 com a aplicação dos PEC's e, em 2011, com o "pacto de agressão" da Troika que fez com que as transferências dos Orçamentos de Estado diminuíssem substancialmente. De 2010 a 2013 foram "roubados" aos municípios 1300 milhões de euros e, concretamente, no último ano, ao Município de Alcochete, para além dos 76 mil euros, ainda mais os 374 mil euros, fruto e consequência da já conhecida alteração das regras do jogo. Todas estas questões são da responsabilidade dos vários Governos que, através de políticas de

direita, fizeram com que concretamente as autarquias estejam todas, ou a esmagadora maioria, numa situação económico-financeira bastante complicada. A Câmara Municipal de Alcochete, apesar de tudo isto, cumprindo sempre os programas que apresentava nos atos eleitorais, conseguiu, através de uma gestão bem equilibrada e de alguns fundos postos à sua disposição, levar à prática grandes investimentos no concelho que não foram só obras foram, também ações e é importante que isto se diga.

Relativamente à situação atual, o senhor deputado disse que a Câmara nunca gastou acima das suas possibilidades. Mesmo com a aprovação da Lei das Finanças Locais, a segunda (que é da responsabilidade do PSD e do CDS-PP), retrata numa forma quase, em toda a sua extensão, aspetos muito negativos de uma intenção clara de não apoiar as autarquias, bem pelo contrário, de agravar a sua situação. O princípio da CDU é que defende intransigentemente o Poder Local Democrático zelando, essencialmente, pela sua autonomia. Disse, ainda, que face às situações com que se deparam, nem sequer falando do FAM, mas os vários mecanismos ao dispor, concretamente o PAEL que, hipocritamente o Governo PSD/CDS-PP propôs ao intitular de apoio às autarquias e mais não é do que um acentuar de incorreções, este mecanismo e quaisquer outros semelhantes, são uma inqualificável ingerência na gestão das Câmaras, diria mesmo uma “Troika camarária”.

O senhor deputado afirmou que, em Alcochete, quem manda na Câmara é o povo que, de forma inequívoca, deu a este Executivo a responsabilidade de a gerir e, a propósito dos mecanismos que mencionou anteriormente, recordou um documento que já anteriormente noutra sessão da Assembleia Municipal foi analisado e que num comunicado partidário, não independente, portanto, dizia que “A nova Lei pretende, entre outras coisas, acautelar o endividamento dos municípios e assegurar a distribuição dos sacrifícios em todas as componentes da vida pública do país” e está provado, hoje, que não é assim, porque estes mecanismos trouxeram, sem qualquer dúvida, uma clara limitação de autonomia. Trariam, se fossem aqueles que nós optássemos, com redução de serviços públicos e a penalização bastante grave das populações através do aumento de preços, taxas e tarifas e limitação da atividade municipal que tem como finalidade mecanismos de destruição de autonomia do Poder Local, ao mesmo tempo que contribuiriam para a sua total descredibilização impondo, ao mesmo tempo, uma ingerência e uma arbitrariedade na sua gestão, sem quaisquer precedentes. Esta é, sem quaisquer dúvidas, uma falsa ajuda para os municípios e o senhor deputado disse, ainda, que pensa que, não só o PAEL, como o FAM, são a tal “Troika camarária” e, por todos os motivos abordados, a bancada da CDU está de acordo com a proposta de plano de saneamento financeiro apresentada pelo executivo camarário.

Mário Boieiro, pela bancada do PS:

Disse estar presente para falar do plano e do futuro porque é isso que o preocupa, uma vez que vai ter repercussões em todos nós e, ao contrário do que ouviu, não acha o plano nada equilibrado pelo pressuposto de que, olhando para o mesmo, as despesas são maiores do que as receitas no orçamento previsto, portanto, uma coisa que custe despesa, que está no plano e que, em determinados anos, é superior à receita, não está equilibrada. O senhor deputado mostrou-se disponível para indicar os anos em que isso se verifica, onde há diferenças de 500 mil euros em que a despesa é superior à receita. Disse, também, que o plano à partida já está desequilibrado por si e o que esse

desequilíbrio implica é uma nova necessidade de financiamento, admitindo poder enganado, por não ser perito em contabilidade pública disse que, segundo a explicação técnica, as receitas são a preços constantes, mas o senhor deputado verificou que as despesas são a preços correntes, ou seja, não variam com a inflação. O empréstimo bancário não tem o efeito da inflação porque é despesa, mas a receita tem o preço da inflação e esta deturpa os números, logo no que se refere ao empréstimo do banco, deveriam constar mais de 7 milhões de euros porque a inflação tem efeito na moeda, também no lado da despesa. Relativamente ao facto ter se ter dito que o plano é cautelista, porque não contempla fundos comunitários como fonte de receita, o senhor deputado referiu que toda a gente sabe que um fundo comunitário é uma fonte de despesa e que basta ver o caso da Frente Ribeirinha, para perceber como uma obra financiada pela comunidade custou à autarquia uma dívida de 500 mil euros, por isso, o senhor deputado entende que existe uma dívida à Caixa Agrícola de uma obra financiada por um fundo comunitário e, se não é assim, não percebe de onde vem essa dívida de uma obra financiada por um fundo comunitário porque o fundo comunitário financia 80% do valor da fatura, 15% tem de ser pago pela Câmara, portanto, uma receita de um fundo comunitário aumenta a despesa da Câmara em 15% (é assim em todo o lado) teria que a obra ser financiada a 100% e não daria receita porque o dinheiro vai para o fornecedor da obra, entra e sai, portanto, não é dado a fundo perdido à Câmara. O senhor deputado disse ser isto o que pensa sobre os fundos comunitários e que basta ver que a Câmara teve necessidade de um financiamento para fazer uma obra financiada.

De novo em relação ao plano, disse que viu a receita aumentar 47% e que a receita em 2013 é de 12 milhões de euros, em 2024 serão 17 milhões de euros, portanto, há um aumento na receita de 47%. Com o aumento para 10 do IMI, significa que, na outra parte que se ouviu que a receita viria da água e do saneamento, fala-se de um aumento de 37%, nessa rubrica, que é aquilo que todos pagamos.

O senhor deputado solicitou, ainda, que o informassem sobre qual é a taxa de juro do FAM, uma vez que considera que este empréstimo concedido pelo BES de cerca de 1 milhão e 600 mil euros é um custo elevado para o município e não sabe se a taxa é menor porque o FAM é constituído por autarquias e a Câmara irá contribuir com 500 mil euros para esse fundo e não sabe se essa taxa de juro que a Câmara pagará ao FAM reverterá para as Câmaras e, pelo facto de desconhecer, gostaria de ser elucidado pois não sabe se o juro que esse empréstimo dará, irá reverter para as Câmaras como um dividendo.

Nélson Pinto, pela bancada do CDS/PP:

Lembrou que, na altura das eleições o CDS-PP apresentou no seu programa os valores correspondentes ao endividamento da Câmara, os quais o Executivo negou, inclusive no debate dos candidatos. Nessa altura, foi dito que, de facto, havia alguns problemas mas os saneamentos estavam a decorrer pacificamente e não haveria necessidade de mais conturbações, no entanto, aparece um empréstimo de 7 milhões de euros, quando, já em 2012, a DGAL apresentava no seu site um valor de curto prazo de dívida de €7.822.787,00 e médio e longo prazo €6.082.882,00, já isto “batia” em €13.905.000,00 e estamos agora a pedir um empréstimo de 7 milhões para passar a uma dívida de curto prazo para médio e longo prazo.

O senhor deputado disse que a questão do financiamento preocupa o CDS-PP porque a Câmara está completamente endividada, desde há nove anos para cá, porque já vinham dívidas do executivo anterior. Existe uma dívida brutal, que o CDS-PP considera uma dívida sem obra porque, como já foi referido, os fundos comunitários subsidiaram as duas maiores obras, o caso do Centro Escolar de S. Francisco e o caso da Frente Ribeirinha, inclusive o valor recebido era para duas escolas e só foi feita uma e foi dito em reunião de Câmara que relativamente a esse valor (o valor que seria para a segunda escola) foi feito um pedido específico para ser englobado no financiamento só de uma escola. A realidade é que temos uma situação em que foram ajudados pelos fundos comunitários aqueles que, ainda há coisa de um mês atrás, andaram em campanha contra a Comunidade Europeia na rua, mas os fundos são bem-vindos e querem englobá-los naquilo que é a constituição de uma dívida que não existe.

O senhor deputado disse que outra coisa que preocupa ao CDS-PP é a urgência e referiu que o Dr. Jorge Pinto fez uma afirmação que não faz sentido: em 2011 começaram a ver-se a situação deste plano, em 2012 decidiram parar porque fizeram “futurológica”. Na verdade, segundo o senhor deputado, pararam para esperar porque já previam que em 2014 ou 2015 o IMT iria acabar e, na realidade, a nível de gestão a Câmara já tinha no seu orçamento previsional, garantidamente, este buraco arrastado. Disse ainda que, entre 2009 e 2013, a Câmara tinham compromissos assumidos de 5,5 milhões que não apareceram nas despesas e, portanto, ao ter na segunda linha das despesas (deve-se a despesas com fornecedores) e aquela não aparece e, assim, não obrigou a aumentar o endividamento financeiro que a Câmara tinha. O problema colocou-se porque as regras mudaram e o que deixou de ser normal numa situação em que o limite de endividamento e o foco estava apenas na parte do financiamento, agora passa a estar na despesa e quando disse que o problema da despesa era falso, que não existia problema da despesa, ele existe. Há um problema de despesa e que vem duma Câmara que insistentemente, não só este Executivo, tem a tradição de agarrar nos fornecedores, endividá-los e espremê-los para pagar os empréstimos bancários e quando se consegue libertar o espaço de empréstimos bancários, volta a fazer-se um empréstimo bancário para pagar aos fornecedores. E, assim, por ciclo, quando o empréstimo bancário estiver pago possivelmente volta a pedir-se outro empréstimo, o que aliás está previsto e é bem elucidativo que diz, salvo erro, no período entre 2019 e 2020 já poderá ser possível recorrer novamente à banca para criar novo endividamento. Na opinião do senhor deputado isto só seria investimento se, junto com o plano, tivesse sido apresentado um plano de sustentabilidade da Câmara de Alcochete, porque isto tem a ver com uma situação caricata, ou seja, um dos revés que a Câmara apresenta como razão deste endividamento é o aumento, quase exponencial, da população de Alcochete. Esse aumento obrigou, possivelmente, a terem de se endividar para criar estruturas, facto que o senhor deputado diz não entender até porque a questão das escolas foi contemplada, uma vez que já existe uma escola feita com verbas comunitárias, no entanto, a Câmara alega que teve de recorrer para esse financiamento por causa do aumento da população e, portanto, foi bom ter vindo a crise, senão, onde isto tudo já não estaria. Decidiram, então, gerir a questão dos fornecedores *versus* banca e o senhor deputado explicou que muitas autarquias já descobriram que este modelo está ultrapassado porque nunca se sai desta situação, que é um círculo vicioso e, na sua opinião, o que a Câmara de Alcochete tem de fazer urgentemente é criar um plano de sustentabilidade. Lembrou uma entrevista que o senhor presidente da Câmara deu à RTP onde disse que iria apostar no turismo e no desenvolvimento de infraestruturas para o turismo. Neste momento temos

uma Frente Ribeirinha, é verdade, com fundos comunitários mas já está a passar o efeito da novidade e alguma coisa tem de ser feita. Se calhar estes 7 milhões de euros deveriam servir para renegociar fornecedores, que é urgente, mas também para aplicar no desenvolvimento turístico, na atração de empresas e outras formas de financiamento e não apenas para o orçamento e os impostos. A Câmara o que vai fazer é o mesmo que a bancada da CDU se queixou sobre o Governo: aumentar impostos. A Câmara vai fazer exatamente a mesma coisa, aumentar todos os impostos e até alguns deles que dizem que vão aumentar para a dívida, não são para esse fim, são para o FAM, porque vai ser obrigatória a introdução de uma parte destes valores para contribuir. O FAM, ao contrário do que foi dito, não é um empréstimo, é um fundo que vai existir para todos nós. O senhor deputado disse, ainda, que concorda plenamente com a bancada do PS quando disse que este orçamento que foi apresentado não tem exequibilidade no prazo que lá está com os valores que lá estão, ou seja, a Câmara está a jogar com tudo e a probabilidade de bater certo e de ser tão linear é quase impossível, senão mesmo impossível.

O senhor deputado disse que este plano, nestas condições, não será exequível até porque Alcochete estará sujeita a uma hipoteca até 2025 e pediu que lhe explicassem por que é que não se esperou para ver as condições do FAM versus empréstimo bancário, porque desta forma a Câmara vai ficar “presa” ao mercado de capitais, ao mercado financeiro e à banca, os quais, na opinião do senhor deputado, a CDU tanto abomina, ao invés de ficar “preso” apenas por um fundo para o qual a Câmara contribui. O senhor deputado disse que a Câmara tem um valor de endividamento altíssimo e que o ano de 2009 porque antes desse ano a dívida já estava em níveis algo exagerados e perguntou como é possível a Câmara estar a dar a situação como equilibrada quando o orçamento vai ser deficitário, uma vez que se está a jogar com o nível de endividamento, ou seja, o objetivo é viver sempre em dívida, não arranjando um plano de sustentabilidade. É pagar este para arranjar o próximo, espremer fornecedores para ir buscar outro empréstimo e vice-versa.

O senhor deputado falou também sobre um artigo do CDS-PP, publicado a seguir às Eleições Autárquicas, intitulado “Em bom rigor, é chique ter vereadores”, no qual se comparava quatro vereadores a tempo inteiro em Alcochete contra quatro no Montijo e que gerou muita polémica na Assembleia Municipal, mas que se traduziu, no final de quatro anos de mandato, num valor de 738.371 euros. O senhor deputado pediu esclarecimentos sobre se a passagem dos quatro vereadores para dois vereadores não iria ajudar a reduzir a dívida visto que uma das rubricas do plano de saneamento financeiro é a questão da redução de trabalhadores devido à questão da despesa com os mesmos.

O senhor deputado informou, também, que o CDS-PP iria solicitar uma reunião com caráter de urgência à Câmara Municipal, uma vez que tem uma proposta sobre um plano de eficiência energética de iluminação pública, que tem a ver com participações de fundos comunitários, em que garantem uma redução até 56% dos custos, com financiamento europeu até cerca de 90% e que é um projeto que o CDS-PP considera muito interessante, uma vez que a questão de redução do consumo de energia é uma dependência muito grande, tanto para as autarquias como para os Estado.

Para terminar, o senhor deputado perguntou à Câmara, uma vez copiando o modelo do Estado do aumento de impostos, o que irá acontecer se, nos próximos anos, mais algum imposto for alterado ou retirado.

Luiz Batista, pela bancada do PSD:

Disse que o PSD/Alcochete vê com satisfação a implementação de um plano de saneamento financeiro da Câmara e que se tivessem sido levadas em conta algumas das suas propostas, teria sido poupado o trabalho executado pelo Dr. Jorge Pinto e o Município teria poupado esse montante de honorários que vai ter de lhe pagar. Disse, também que a proposta de plano aponta a redução de pessoal, coisa que o PSD há muito tempo fala, por isso, considera que já não é o único a ver essa situação, é o próprio executivo a assumir a existência de um quadro de pessoal excessivo para a dimensão do município e a necessidade do seu racionamento e de redução para valores mais adequados e condicentes com a dimensão do mesmo. Disse que também importa referir que, nesta situação, o município tem necessidade (também apontada no plano) de se reorganizar, ou seja, esta Assembleia já aprovou a organização municipal em quatro divisões e, na altura, também pela parte da sua bancada foi proposto que essa estrutura fosse implementada de imediato, porque esse período excessivo de sobreposição resultou em situações de desperdício de recursos e meios, de desorganização processual e interna, ou seja, houve todo um desperdício em termos de desgoverno daquilo que é a questão da gestão camarária. Por isso, o município continua com valores de rácio/trabalhadores por 1000 habitantes muito elevado e superiores a 23 trabalhadores por cada 1000 habitantes e considera que há que repor esta situação. O senhor deputado disse que também há uma necessidade de aumentar a eficiência da produtividade dos seus trabalhadores e que, hoje em dia, há técnicas e regras de implementação e de motivação que podem ajudar nessas dificuldades. De seguida, e relativamente ao conteúdo do plano, pediu esclarecimentos ao senhor presidente da Câmara sobre:

A razão de haver €1.261.776,00 fora do plano, ou seja, está uma dívida com algumas rubricas que remontam a 2004 e 2005 e que têm este montante acumulado, assim, no caso da ADSE, será pago pelo Fundo de Regularização Municipal, conforme é dito no plano e o que é facto é que há lá muitas empresas, algumas até já passaram por processos de falência, quem sabe, porque a Câmara e outros organismos não cumpriram os seus compromissos perante as mesmas e as levaram à situação de falência.

Perguntou, também, qual vai ser a entidade responsável pela verificação da aplicação e pela auditoria permanente à aplicação das medidas contidas no plano de saneamento financeiro.

Outra situação é que, estando o plano a equacionar a redução de trabalhadores e a implementação e melhoria da orgânica municipal, por que razão não se aplica a Lei, no que aos vereadores diz respeito? Porque a situação dos vereadores, para uma Câmara desta dimensão, é sugerida a existência do presidente e um vereador a tempo inteiro, quando muito poder-se-ia dizer que dois vereadores seria o n.º ideal para gerir os destinos de um município desta dimensão, tal como a bancada do CDS-PP afirmou que há um desperdício e um gasto excessivo com esta rubrica. Porque o presidente e mais dois vereadores, a tempo inteiro, ou um a tempo inteiro e dois a meio tempo, seria suficiente para gerir o município e poupar-se-ia bastante dinheiro com essa situação, ou

seja, quatro divisões, dois vereadores, até em termos de pirâmide e de proporcionalidade dessa situação, a relação entre o Poder Político e os técnicos seria mais adequada;

Disse, ainda, que este plano é tudo aquilo que, politicamente, esta Câmara tem repudiado porque tem atacado o Governo, tem atacado a Troika, aliás, basta fazer referência àquilo que foi a exposição do deputado Fernando Leiria, em defesa da bancada da CDU que suporta este executivo, para que se verifique todo o ódio que existe em relação a esse tipo de medidas, no entanto, no nosso país, por alguém ter governado mal e termos um acumulado de dívida que nos obrigou a um empréstimo de 78 mil milhões, é evidente que vamos ter de pagar e estamos a pagar com “língua de palmo” e os alcochetanos vão pagar com “língua de palmo e meio” porque esta situação vai aumentar significativamente os custos e o esforço dos mesmos. Disse, ainda, que se no outro caso, o Governo atual herdou de outros Governos uma situação, neste caso é a governança da CDU, que foi a responsável por termos chegado a esta situação financeira da Câmara, ou seja, aquilo que vai resultar de estarmos a pagar com “língua de palmo e meio” é o facto de uma má governação da CDU ao longo destes últimos anos. Não há responsabilidade de mais ninguém, apenas dos próprios que, neste momento e no executivo anterior, geriram a Câmara.

Perguntou, também, se a Câmara tinha um valor de dívida a fornecedores, no final de 2013, de cerca de 8 milhões e 300 mil euros e como é que pediu um valor de 6,5 milhões, sendo que 500 mil estão cativos para a resolução do contrato de mútuo com a Caixa de Crédito Agrícola, há 1 milhão e 800 mil que não têm cobertura neste plano. Como é que a Câmara vai conseguir fazer face ao seu dia-a-dia, continuando a contrair despesas, continuando a pagar aos seus funcionários, a ter as escolas e as refeições, tudo aquilo que está associado e, no fim das contas, conseguir pagar este diferencial que continua a estar em atraso?

Perguntou, também, quais são os encargos a pagar pela Câmara Municipal na resolução do contrato de mútuo com a Caixa de Crédito Agrícola.

Reconheceu, com satisfação, que é dada razão à bancada do PSD, uma vez que foi a única que na altura da votação, votou contra e não pelo objeto do empréstimo mas sim pelo juro que considerou de leonino ou agiota. Ainda bem que a Câmara reconheceu isso e, agora tendo condições de obter um empréstimo com juros mais favoráveis, vai tentar resolver o contrato com essa instituição de crédito.

Outra questão, e porque não foi contemplado na questão do património a alienar, prende-se com as ações que a Câmara tem na Amarsul. Estão contempladas as escolas do Rossio, de S. Francisco, da Barroca d’Alva, muito património de habitação social e o senhor deputado diz não entender, a não ser que tenha sido uma questão de pedido político para que o auditor não tivesse encontrado uma fonte de receita com a alienação deste património que não fica aqui a fazer nada e pode ajudar em perto de 120 mil euros, e assim, parafraseando o deputado Fernando Leiria, estamos perante um “pacto de agressão” ao povo de Alcochete ou seja, este é um pacto que nos vai agredir a todos, uma vez que vai haver aumento de impostos porque apesar de o senhor presidente ter dito que não houve aumento, o que não houve foi aumento da taxa, mas quando se aumenta a fonte de incidência é evidente que todos nós pagamos mais. Tivemos aumento de IMI e essa receita vem para a Câmara. Houve um aumento efetivo e, com esta situação, vai voltar a haver, porque sem dúvida esta é a única solução. Se vamos

pedir um empréstimo e se queremos honrar os compromissos, não há dúvida nenhuma que vão ser os alcochetanos a pagar e a responsabilidade é de quem governou até aqui.

Voltando à questão de 2009, o senhor deputado disse que, nesse ano, a Câmara contratualizou dois empréstimos no âmbito do PREDE, um junto do BPI e outro junto do Tesouro Nacional. Esse programa tinha como finalidade a regularização das dívidas dos municípios e aconteceu que a Câmara foi buscar esse empréstimo, na altura coincidente com o ato eleitoral de 2009, pagou a todos os fornecedores (houve mais câmara por todo o país a aderir a esse projeto), pagou a toda a gente e focou com o conta-quilómetros a zero, no que de dívidas a fornecedores dizia respeito ou, pelo menos aqueles visíveis. Assim, a Câmara entrou em 2010 com um saldo de 1 milhão, porque o valor de dívida era inferior àquilo que a Câmara contratualizou em termos de empréstimo, ou seja, entrou em 2010 com saldo positivo e chegou ao final com mais de 3 milhões de défice e, em 2011, continuou, ou seja, continua-se a fazer orçamentos daquela altura, de 20 milhões, quando se sabia que a receita corrente andava na casa dos 10 ou 11 milhões. O senhor deputado disse que quando se gera um orçamento destes, isso vai fazer com que haja uma discrepância e gera défice e esse défice é o que se está a pagar e 2012 só reverteu porque a Câmara foi obrigada, pela força da Lei dos Compromissos, a pôr travão nisto tudo, ou seja, todas estas medidas não são medidas voluntárias, são medidas que foram impostas do exterior e é por aí que a Câmara, com a redução dos subsídios de férias e de Natal, reduziu em 8% as despesas com pessoal e até pagou cerca de 100 mil euros de dívidas a fornecedores. Em 2013, a situação já estava a ir “por-água-abaixo” porque não só não cumprimos a Lei dos Compromissos como ainda fomos aumentar, em cerca de 300 mil euros, as dívidas a quem está há muito tempo à espera dos pagamentos.

O senhor deputado afirmou, também, que as condições em relação ao BES são favoráveis, uma vez que em relação ao FAM ainda não se sabe muito bem quais as suas condições finais mas garante que serão, de certa maneira, mais penosas do que aquelas que a Câmara está a contratualizar com o BES. Disse, ainda, que a questão do FAM surge porque há câmaras que não têm a capacidade que a Câmara de Alcochete teve em se conseguir financiar junto da Banca. O Estado só vai fazer a retenção de alguns valores a Câmara Municipal de Alcochete porque esta não estava a cumprir com os rácios de pagamentos das dívidas a fornecedores e o compromisso dos prazos desses mesmos pagamentos, portanto, isto vai permitir, não só fazer esse acerto como, de certa maneira, permitir efetuar os pagamentos e deixar de ter as penalizações por parte do Estado e, porque vai demorar sete anos a capitalizar é muito bom se pudermos fazer num curto prazo esse pagamento aos fornecedores.

Senhor presidente da Câmara:

Disse que responderia às questões políticas, deixando as questões técnicas que foram suscitadas para o Dr. Jorge Pinto, não deixando de manifestar a sua perplexidade para a circunstância de se estar perante um plano de saneamento financeiro, que foi objeto de uma análise de riscos rigorosa por parte dos sistema financeiro que alguns dos membros da Assembleia tanto defendem e que agora afirmam que o plano não está equilibrado nem é sustentável.

Referiu que o senhor deputado Luiz Batista disse, e muito bem, que neste momento não é possível determinar a taxa de juro do FAM até porque ela vai estar indexada à taxa de juro paga pela República Portuguesa pela dívida e em função do prazo ou da maturidade dessa mesma dívida, portanto, a taxa pode ser variadíssima, sendo que há um limite em termos de prazo de execução de programa de ajustamento municipal que resulta da adesão ao FAM. O senhor presidente disse que não deixa também de ser interessante, porque o FAM tem um prazo de capitalização, por parte do Estado e dos municípios, de sete anos. Enquanto não estiver totalmente capitalizado, o Estado procede a empréstimos ao FAM decorrentes das necessidades que os municípios lhes vierem a apresentar e aplica uma taxa de juro acrescida de mais 0,15% de spread, resultante única e exclusivamente do facto de estar a proceder a um adiamento na capitalização do FAM, portanto, é um negócio fantástico para o Governo.

O senhor presidente referiu que, quer o saneamento financeiro, quer o reequilíbrio financeiro, quer o recurso ao FAM, integram os mecanismos de recuperação financeira para o Município de Alcochete e para a população do Município de Alcochete e acha sempre interessante quando alguém considera que a Câmara Municipal de Alcochete está a penalizar a vida dos seus munícipes quando, durante muitos anos, foi a Câmara que não acrescentou austeridade à austeridade que os Partidos do Governo aplicavam a todos os cidadãos do país, com exceção daqueles a quem o Governo da República aconselhou a emigrar e encontrar condições de vida mais favoráveis no estrangeiro.

Sobre o que implicaria o recurso ao FAM, o senhor presidente disse que se está a falar da transição da aplicação do limite do IMI de 0,40% para 0,45%, ainda longe do limite máximo previsto por Lei mas que infelizmente vai ter de se fazer porque o IMI é a fonte de financiamento municipal mais fiável e que vai ter de ser mais aproveitada pelos municípios, quando o IMT deixar de existir enquanto receita municipal. O recurso ao FAM implicaria, para além da aplicação do limite máximo da participação variável no IRS e do limite máximo da Derrama sobre o lucro tributável das empresas com sede social no concelho mas de acordo com o artigo 35.º, n.º 1, alínea c), implicaria aplicar a taxa máxima de IMI no concelho de Alcochete. Mais implicaria introduzir no Regulamento de Taxas Municipais, novas taxas, por exemplo, a Taxa Municipal de Proteção Civil, a Taxa Municipal sobre os direitos de pesagem (que a Câmara Municipal de Alcochete não aplica) e, portanto, teríamos muito mais austeridade se recorrêssemos ao FAM.

Relativamente às afirmações do deputado Mário Boieiro de que a obra da Frente Ribeirinha ter tido um custo de 500 mil euros, o senhor presidente explicou que esse não foi o custo da obra e que houve utilização de fundos comunitários mas (como já afirmou em várias sessões da Assembleia Municipal) o Governo não é proprietário nem dono exclusivo dos fundos comunitários, mas sim celebra contratos com a União Europeia e são os municípios que, de acordo com os regulamentos que são aprovados, apresentam candidaturas para a realização de investimento físico ou outro qualquer investimento nos respetivos concelhos. A obra da Frente Ribeirinha teve um custo global que ascendeu a menos de 2 milhões de euros, sendo que 1 milhão de euros foi assumido pela Administração do Porto de Lisboa (sociedade anónima constituída com capitais públicos, que não recebe um cêntimo do Orçamento do Estado) e o remanescente 1 milhão de euros integrou-se na responsabilidade financeira da Câmara Municipal de Alcochete. Sucede que, numa reunião que se realizou na presidência da CCDR-LVT, em que obrigaram a Câmara a desistir da construção do 2.º centro escolar,

da implementação de um sistema de *bikesharing* no município de Alcochete, da candidatura para a construção de uma nova embarcação tradicional, o Bote Leão e, no âmbito dessas reuniões, a Câmara Municipal de Alcochete, no que diz respeito às suas responsabilidades financeiras referentes à obra de requalificação da Frente Ribeirinha propriamente dita, obteve uma participação de fundos comunitários de 80%, portanto, no investimento de 2 milhões de euros o esforço financeiro da Câmara ascendeu a 200 mil euros. Os remanescentes 300 mil euros tiveram a ver com outras obras candidatas, também, ao ainda quadro comunitário de apoio designado de QREN.

O senhor presidente da Câmara lamentou a falta de conhecimento da realidade do município, por parte do senhor deputado Néilson Pinto, dizendo que se recorda muito bem do debate e que, no mesmo, foi-lhe perguntado qual era o estado financeiro da Câmara Municipal de Alcochete e, quando se preparava para responder, o moderador interrompeu-o (de forma absolutamente parcial, na sua opinião) e perguntou qual era a dívida da Câmara Municipal de Alcochete. O senhor presidente respondeu às duas perguntas facilmente até porque, como disse, as contas da Câmara Municipal de Alcochete e a sua situação económico-financeira sempre foi transparente, ao contrário da realidade que encontrou, quando tomou posse como presidente da Câmara em que tinha uma dívida de curto prazo de 3 milhões e 700 mil euros, sendo que 1 milhão e 500 mil euros estavam omissos dos documentos previsionais, ou seja, eram “dívida de gaveta” e não tinham reflexo orçamental. Foi feita uma auditoria e esses 1 milhão e 700 mil euros resultaram da amostra que foi utilizada e, não lançando juízos de suspeição sobre ninguém, acredita que o montante da dívida de curto prazo não refletida fosse muito superior àquele que foi auditado e identificado.

O senhor presidente disse também que, nesse debate, afirmou que não iria aumentar impostos e, efetivamente, esta maioria e todos os membros da Câmara Municipal não aumentaram impostos para o exercício de 2014, no entanto ser-lhe-ia fácil, se seguisse a cartilha do atual Primeiro-Ministro e do atual Vice-Primeiro-Ministro, se depois das eleições fizesse exatamente o contrário daquilo que havia prometido, ou seja, aumentar exponencialmente os impostos, destruindo a vida das pessoas. O senhor presidente lembrou a notícia de que duas pessoas haviam falecido no hospital por não terem sido operadas em tempo oportuno e que, para além da austeridade, estão a matar os portugueses porque isto é quase um caso de polícia de irresponsabilidade criminal, porque essas medidas políticas são gravosos e põem em risco a vida das pessoas.

Relativamente às afirmações do senhor deputado Néilson Pinto sobre os fundos comunitários e a não existência de obra feita, o senhor presidente disse desconhecer há quantos anos o senhor deputado reside no concelho mas orgulha-se muito do seu passado e do seu presente como presidente da Câmara Municipal de Alcochete e de todos aqueles que o acompanharam ao longo dos anos no Executivo Municipal porque muitas das decisões foram tomadas por unanimidade. Disse ainda ao senhor deputado que a demagogia barata de que foi o Governo que realizou as obras na Frente Ribeirinha, utilizando uma linguagem popular, “não cola”, porque ninguém sabe o quanto foi difícil realizar e concretizar estas obras na Frente Ribeirinha de Alcochete, quantos foram os obstáculos colocados pela CCDR (que tinha um presidente que até era nomeado pelo CDS-PP). Tantos problemas que foram colocados à Câmara que, no entanto, a Câmara foi competente e conseguiu realizar estas obras, há muito ansiadas e sonhadas pela população.

Quanto às obras estruturais mencionadas pelo senhor deputado, o senhor presidente referiu o Complexo Desportivo e de Lazer do Valbom, sem fundos comunitários e que custou à Câmara 685 mil euros. Quanto ao Centro de Saúde do Samouco o senhor presidente confessou ter vergonha de falar de esforço comunitário nesta obra, quando há compromissos firmados entre a Câmara e o Governo da República, nomeadamente com o Ministério da Saúde, para que o Centro de Saúde seja integrado no património da ARS-LVT e ninguém assume a responsabilidade de pagar o valor do investimento com a doação do terreno à Câmara Municipal de Alcochete, ou seja, 400 mil euros de fundos comunitários, porque não queriam, sequer, que se construísse um novo Centro de Saúde no Samouco, pois o objetivo era encerrar a estrutura de saúde, como foi feito em S. Francisco e, mais uma vez, a Câmara foi competente e não permitiu que o Centro de Saúde fosse encerrado e dotou aquela freguesia e a população de uma estrutura decente e digna, quer para os utentes, quer para os profissionais do setor.

Quanto ao Centro Escolar de S. Francisco, foi uma obra que ascendeu a 3 milhões de euros. Desse valor, 450 mil euros foram de fundos comunitários e 250 mil euros resultantes da celebração de um protocolo para o alargamento da rede de pré-escolar no concelho. O senhor presidente deixou dois conselhos ao senhor deputado: O primeiro é que se tente perceber a realidade em que estamos inseridos e o segundo é tentar perceber qual é a realidade autárquica e, só depois, fazer afirmações como aquela que saiu numa crónica, ou juízo de valor, ou opinião, num jornal local, da autoria de um representante responsável do CDS-PP em que propunha que em Alcochete estivesse um presidente a tempo inteiro, dois vereadores e 4 vereadores a meio-tempo. Quanto ao facto de a Câmara do Montijo não tem mais vereadores a tempo inteiro porque a maioria que venceu as eleições só tem um presidente e dois vereadores e nenhuma das outras forças políticas aceitou integrar o maioria do Partido Socialista que rege e governa o Município do Montijo. Em Alcochete, e depois de feitas as contas, o valor a suportar pela autarquia com esse modelo proposto, ficaria mais oneroso do que aquele que resulta da existência de um presidente e quatro vereadores a tempo inteiro e isso só demonstra, na opinião do senhor presidente, o pouco conhecimento que o CDS-PP tem acerca da realidade do concelho e do Município.

Sendo 00:45 horas, o senhor presidente propôs, ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do Regimento da Assembleia Municipal, que os trabalhos se prolongassem para além da 01:00 horas, o que foi aceite por unanimidade.

O senhor presidente da Câmara continuou com a sua intervenção dizendo que nem só de obra física se orgulha o Executivo mas também do facto de, durante variadíssimos anos, terem integrado aquilo que era o Quadro de Pessoal (agora é Mapa de Pessoal) e terem convertido um contrato a termo certo, em contratos por tempo indeterminado, garantindo estabilidade àquelas pessoas e às suas famílias, ainda mais quando a Câmara Municipal assume, diretamente, todas as suas atribuições e todas as suas competências porque, neste momento, tem cerca de 370 trabalhadores e está muito depauperada nas áreas operacionais, também porque a imposição legal que está a ser aplicada é absolutamente autista no que diz respeito àquelas que são as dificuldades e as realidades dos municípios. Por isso, o senhor presidente disse que a questão de peso das despesas com o pessoal é sempre uma questão relativa, ou seja, quanto menores são as receitas

dos municípios e havendo estabilidade ao nível dos contratos laborais existentes, quanto menores são as receitas, maior o peso relativo dessas mesmas despesas.

Recordou que, não há muitos anos, a Câmara tinha um peso relativo com as despesas com o pessoal muito menor do aquele que agora se regista, mas de qualquer forma e ao contrário do que afirmou o senhor deputado Luiz Batista, de que se está a trilhar o caminho que o próprio preconizou, o senhor presidente disse que não é verdade porque aquilo que o senhor deputado preconizava era a existência da possibilidade de despedimentos arbitrários em relação aos trabalhadores da Câmara Municipal de Alcochete e o que está previsto nesta proposta de plano de saneamento financeiro passa pelo aproveitamento, que tem sido feito até agora, das situações de aposentação dos trabalhadores e, também, de eventuais situações de rescisões voluntárias dos contratos em vigor que se venham a verificar no futuro mas o ideal seria, neste momento, a Câmara poder aumentar o número de efetivos nalgumas áreas que estão absolutamente depauperadas. Os operacionais têm profissões de muito maior desgaste que os quadros técnicos e, infelizmente, quer no que diz respeito à higiene e limpeza urbana, quer no que diz respeito à manutenção dos espaços verdes, quer no que diz respeito à manutenção da rede viária, a Câmara está no limite do aceitável e, se o plano estiver equilibrado como se acredita, optar-se-á por suavizar as medidas de redução de pessoal com a redução de outras despesas ou com a realização de receitas que se venham também a verificar.

Em relação à Caixa de Crédito Agrícola e ao empréstimo que foi contraído, o senhor presidente disse que, segundo as informações de que dispõe, não há cláusula de penalização pela amortização antecipada e integral dos 500 mil euros de empréstimo.

Em relação ao IMI, o senhor presidente disse que o mesmo vai ser aumentado e que, apesar do senhor deputado Luiz Batista ter dito que já tinha sido aumentado, o senhor presidente explicou que esse aumento foi feito pelo Governo, que determinou o processo de reavaliação do valor patrimonial dos imóveis e que, apesar de ser uma receita de execução municipal, tudo isto é um caminho a trilhar porque com a reforma do IRC, a Derrama muito provavelmente vai desaparecer, enquanto imposto municipal. Também é sabido que o IMT vai desaparecer enquanto receita municipal, passando a ter outro nome enquanto receita da Administração Central. As taxas sobre loteamentos e obras particulares estão em valores absolutamente residuais e o recurso ao IMI não é a única solução, se o entendimento que se perfilha em relação às autarquias fosse aplicado, ou seja, uma justa repartição dos recursos do Estado pelos diferentes níveis da Administração que confirmam ao Poder Local, independentemente da coloração maioritária, política e partidária e perceberão que um cêntimo investido por um município tem um efeito multiplicador e uma repercussão social maior do que muitos milhares investidos pela Administração Central. O senhor presidente disse ainda que se o paradigma que está subjacente à Lei das Finanças Locais fosse alterado, porque temos um histórico em que partimos de um patamar de repartição de recursos que ascendia a quase 35% e a atual Lei das Finanças Locais considera apenas que a média aritmética em 18,5% sejam atribuídos ao Poder Local, ou seja, estamos a criar o percurso inverso – em vez da descentralização, estamos a centralizar porque, de facto, a descentralização, nomeadamente ao nível do Poder Local assusta muita gente, a perda dos “poderzinhos” assusta muita gente e estamos perante um Portugal e perante políticos que governam Portugal que não estão preparados para processos de descentralização.

De seguida o senhor presidente da Câmara, com a permissão do senhor presidente da Assembleia Municipal, deu, novamente a palavra ao Dr. Jorge Pinto para esclarecer as questões técnicas suscitadas pelos membros da Assembleia, relativamente à proposta de plano de saneamento financeiro, nomeadamente, a análise de risco por parte das instituições financeiras, o equilíbrio do próprio plano e quem vai monitorizar a sua execução, entre outras.

Desta forma, e continuando a discussão da proposta, intervieram:

Mário Boieiro, pela bancada do PS:

Referindo-se à intervenção do Dr. Jorge Pinto, disse que não admite que alguém fale que na Assembleia Municipal há pessoas que dizem barbaridades, só porque tem todos os conhecimentos e outorga a si a capacidade de fazer coisas e achar que é melhor, até porque o Dr. Jorge Pinto não conhece o senhor deputado nem sabe qual é a sua formação, que trabalha na área é fiscal e contabilística, de projetos de investimento e, por isso, o Dr. Jorge Pinto, não sendo membro, não deve dirigir-se assim a um membro eleito da Assembleia Municipal e que a Mesa deveria ter feito este reparo.

Relativamente ao plano, o senhor deputado disse que no quadro constante do mesmo, em 2015 e 2016 tem como receita total: em 2015, 13 milhões e 600 mil euros e em despesa 14 milhões e 100 mil euros e isto, na sua opinião, é um desequilíbrio. Em 2016 tem de receita 13 milhões e 800 mil euros, tem de despesa 14 milhões, com um défice de 200 mil euros nesse ano. O senhor deputado frisou que se disse isto que o Dr. Jorge Pinto considera uma barbaridade, então a barbaridade é o quadro e não o que o senhor deputado disse.

Quanto ao IMI, é proposto subir em 2014/2015 e ao longo da vida do IMI, assistiu-se a aumentos de 30%, o senhor deputado disse que gostaria de saber como é que, tecnicamente, isto existe, porque todos sabem que a taxa do IMI no médio prazo vai começar a descer, uma vez que a idade dos prédios vai baixar o seu valor coletável e que isto é básico para quem percebe de impostos. Portanto, há um aumento em 2016, sem variação de taxa, numa cobrança de IMI de 1 milhão e 400 mil euros e, passados quatro anos, para 1 milhão e 900 mil euros, ou seja, na opinião do senhor deputado, este quadro consegue cobrar, com a mesma taxa, com os mesmos prédios, mais 500 mil euros de IMI, quando é provável que o IMI baixe, porque de dois em dois anos a DECO contesta o Governo que está a cobrar IMI a mais em imposto porque os prédios não são atualizados. Qualquer cidadão pode ir às finanças e pedir uma baixa de IMI e, portanto, este quadro de viabilidade de cobrança de IMI tem sérias dúvidas técnicas. É impossível subir todos os anos, a não ser que em quatro anos, a habitação neste concelho suba 50% em prédios, só assim isto é exequível e, assim, o senhor deputado considera que o IMI demonstrado no quadro é uma autêntica barbaridade porque é insustentável.

Paula Pereira pela bancada da CDU:

Felicitou o facto de esta sessão da Assembleia Municipal se caracterizar pela presença de muitas pessoas o que não é costume. Lembrando as palavras do senhor deputado Fernando Leiria reforçou que, como é dito frequentemente, a bancada da CDU suporta

este Executivo e suporta-o de uma forma orgulhosa, porque tem orgulho do trabalho da CDU na Câmara, quer seja nestes últimos nove anos, quer seja antes, quando presidida pelo atual presidente da Assembleia Municipal.

A senhora deputada disse que chegou a algumas conclusões, durante esta sessão e a primeira é que o CDS-PP anda completamente baralhado. Andou baralhado na campanha, porque foi independente até à antevéspera das eleições (só à 6.ª feira é que descobriram) e a baralhação continua. E este pseudopoder que o CDS-PP acha que agora tem, não só os baralha como os ofusca porque não conhecem as obras do concelho. Apesar de o senhor presidente da Câmara ter referido algumas, a senhora deputada mencionou, também, o furo na Fonte da Senhora, a requalificação do Monte do Passil, a Praia do Samouco, a Praia dos Moinhos, a Biblioteca, entre outras.

Relativamente ao FAM, a senhora deputada afirmou que, por mais que custe à bancada do CDS-PP e à bancada do PSD (que, curiosamente, até não quer o FAM, segundo entendeu) quem manda e quem vai continuar a mandar na Câmara de Alcochete é quem o povo entender, neste caso é a CDU, quer se goste, quer não se goste, até porque, não se pode por um lado ter a preocupação com as pessoas e, por outro lado, estar a defender um procedimento que impõe taxas máximas para os impostos, os preços e as tarifas, proíbe apoios diretos, destrói a autonomia do Poder Local (que foi uma conquista do 25 de Abril, daquela “data maldita”, principalmente para a senhora deputada Patrícia Figueira).

Relativamente à intervenção do senhor deputado Luiz Batista, que se congratulou com o facto de o Executivo ir finalmente seguir uma política, que o PSD aconselha há muito, que é o despedimento de trabalhadores, a senhora deputada disse que o senhor presidente da Câmara já tinha anteriormente explicado que não era nada disso. Quanto às técnicas de motivação referidas pelo senhor deputado, considerou-as “brilhantes” e disse que se algumas pessoas trabalhassem durante 7 horas por dia e levassem 500 euros para casa, se calhar já não se sentiriam tão motivadas. De qualquer forma, há um realce que a bancada da CDU quer fazer que é felicitar este Executivo pela política de estabilidade laboral que tem trazido aos trabalhadores da Câmara Municipal de Alcochete (contra o PSD e, por vezes, o PS, no outro mandato, relativamente à opção gestonária e outras).

A senhora deputada disse, por fim, que depois deste debate ficou com a sensação de que a única bancada que quer Poder Local em Alcochete é a CDU e que mal estaríamos se o acesso à cultura e ao desporto, os transportes escolares, as refeições, os prolongamentos de horário, dependessem exclusivamente do Governo Central. Como nota final, referiu que da lista dos municípios que se encontram em rotura financeira, de acordo com os critérios da Lei das Finanças Locais, a grande maioria é do PS e do PSD, da CDU são três: Alandroal, Alpiarça e Évora, três municípios herdados da gestão do Partido Socialista.

António Almeirim, presidente da Junta de Freguesia de Samouco:

Chamou a atenção do presidente da Assembleia para a forma como os trabalhos da sessão são conduzidos apesar de reconhecer, por experiência própria, a dificuldade que às vezes existe.

Senhora vereadora Susana Custódio:

Disse que não era sua intenção intervir, no entanto, enquanto responsável pela ação social e, como no dia-a-dia se depara com aquelas que são as carências e necessidades das famílias que, vítimas de uma política pouco social e pouco solidária, não pôde deixar de falar nesta sessão do que é a obra social porque apenas o que tem custos, para alguns membros desta Assembleia, são as obras físicas, como se não existissem pessoas, nem serviços sociais, nem obra social, pois deverão pensar que as crianças são transportadas para as nossas escolas em tapetes voadores ou, então, que a comida que aparece nos refeitórios por obra e graça dos utensílios que lá estão e que ninguém os paga. A senhora vereadora disse que para dar números ao que já foi falado, do Fundo Social Municipal, onde estão as verbas da educação e que o Dr. Jorge Pinto já referiu que em 2009, cobria a mais de 75% e que agora fica-se a menos de 50% e que, só em termos de transportes escolares de 3.º ciclo o Ministério faz uma transferência para o nosso concelho de 2.211 euros por mês (a senhora só refere este por ser o único que está legislado e que responsabiliza o Ministério da Educação a fazer transferências para as Câmaras Municipais) e, no presente ano letivo, só foi recebida uma tranche e a Câmara tem encargos, só com o 3.º ciclo (7.º, 8.º e 9.º anos) de 6779 euros e 55 cêntimos por mês. Há uma diferença de 4568 euros que, a multiplicar por onze meses, dá um valor de 50 mil euros por ano letivo, só com o 3.º ciclo. Se replicarmos isto aos outros ciclos a fatura mensal é de 17 mil euros, não estando incluídos os transportes de 1.º ciclo que têm uma outra conta à parte de cerca de 3 mil euros.

A senhora vereadora disse que, grosso modo, mas por defeito e não por excesso, a Câmara gasta 20 mil euros em transportes por mês e vê-se ressarcida de 2.211 euros, que é um esforço direto da Câmara, que não se vê como obra física mas é uma obra social, da mesma forma que as refeições são a um custo de 3 euros, também grosso modo, neste ano letivo, o valor de financiamento foi atualizado de 22 cêntimos para 23 cêntimos e é este o valor que a Câmara Municipal recebe por cada refeição que fornece e que lhe custa 3 euros.

A senhora vereadora disse, ainda, que usou da palavra porque foi o senhor deputado Nélson Pinto quem mais falou das obras físicas mas a obra social também contribuiu para o desequilíbrio das finanças, no entanto, a Câmara não abdicará de fazer obra social porque ao contrário do seu Governo (porque o CDS-PP também suporta este Governo), a Câmara olha com olhar social para a sua população e a prova disso é que foi aprovada na última reunião de Câmara, uma comparticipação para transportes onde foram incluídos os alunos provenientes das famílias carenciadas do 3.º escalão da Segurança Social, coisa que o Ministério da Solidariedade e do Trabalho não faz, uma vez que contempla apenas os alunos que são provenientes das famílias que são de 1.º e 2.º escalões.

Senhor presidente da Câmara:

Começou por responder às questões suscitadas pelo senhor deputado Nélson Pinto, dizendo que, relativamente ao estacionamento ou quaisquer verbas referentes à utilização de parquímetros ou estacionamento tarifado no concelho de Alcochete, não integram a proposta de plano de saneamento financeiro e que este Executivo muito

provavelmente não optará mas o futuro dirá se também, como forma de correção ou de motivação para uma maior rotatividade ao nível do estacionamento no Centro Histórico, isso se justificará, ou não. Para já, no futuro e durante este mandato, não está prevista a utilização destes estacionamentos tarifários no concelho de Alcochete.

O senhor presidente referiu também que, apesar de a contragosto, o senhor deputado Nélson Pinto reconheceu que a Câmara Municipal de Alcochete, ao longo destes anos tem efetuado obras, no entanto, continuou a fazer afirmações que, na opinião do senhor presidente, não lhe ficam bem porque não têm qualquer rimo na verdade nem na realidade.

Quanto ao Centro Escolar de S. Francisco, o senhor presidente perguntou como é possível alguém afirmar que teve um custo de 3 milhões de euros porque houve derrapagens financeiras na execução daquela obra, quando a empreitada foi adjudicada por um valor que nem sequer chegou aos 3 milhões de euros, foram 2 milhões, 890 mil euros. O senhor presidente explicou que a obra foi adjudicada a uma determinada empresa (no caso foi a Montiterras) que infelizmente foi declarada insolvente. A Câmara Municipal de Alcochete, nessa situação, também com o apoio e a cumplicidade dos representantes da Montiterras, encontrou uma forma jurídica de resolver o problema, ou seja, a celebração de um contrato de cessão da posição contratual entre a Montiterras, que tinha iniciado a execução da obra e a Pragosa, que a desenvolveu e concluiu. No final da execução física e financeira deste contrato, a Pragosa, nos termos da Lei, apresentou à Câmara Municipal um pedido de revisão de preços e a Câmara, com base no Auto de Medição executado, aceitou essa revisão porque à Pragosa lhe era permitido esse procedimento, que tem em vista corrigir preços que foram apresentados num determinado momento e que depois foram evoluindo com o decurso do tempo.

Para terminar, o senhor presidente fez uma referência amistosa ao senhor deputado Mário Boieiro, porque insinuou que a Câmara Municipal de Alcochete teve um comportamento indiciador de oportunismo político quando, em setembro de 2008, prevendo-se a alteração do limite máximo do IMI, deliberou e também propôs à Assembleia Municipal que deliberasse essa redução. O senhor presidente disse que o diploma legal que introduziu esta redução do quadro de limites do IMI é posterior a outubro de 2008 mas que o senhor deputado se esqueceu de dizer que em 2011 os limites foram repostos e estamos em 2014 e esse limite intermédio, de 0,40%, continua a vigorar no concelho de Alcochete, portanto, o senhor presidente concluiu dizendo que neste Executivo não há oportunistas políticos, porque as coisas são feitas com convicção como é o caso desta questão da redução do IMI que foi feita com estudo e de forma absolutamente racional.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada com 6 abstenções (PS e PPD/PSD), 3 votos contra (CDS-PP) e 14 votos a favor (CDU), sendo, assim, aprovada pela maioria dos membros em efetividade de funções, nos termos definidos no n.º 6 do artigo 49.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PPD/PSD.

Iolanda Nunes fez declaração de voto em nome do PS.

Fernando Leiria fez declaração de voto em nome da CDU.

Patrícia Figueira fez declaração de voto em nome do CDS-PP.

António Almeirim:

Solicitou à Mesa que fizesse cumprir o Regimento, no que concerne aos comentários feitos por outros membros, aquando das intervenções das bancadas.

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO

Pelas 01:55horas, o senhor Presidente declarou encerrada a sessão.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A ASSISTENTE TÉCNICA,